

O endividamento do Terceiro Mundo e o novo Plano Marshall

Mauro Santayana (*)



Em 1338, os mais抗-
gos e poderosos banqueiros de Florença, os Bardi, foram procurados por um emissário de Eduardo III, rei da Inglaterra. Era natural que o soberano britânico mandasse seu homem a Florença e aos Bardi. Florença era o grande centro financeiro internacional, exercendo, em escala proporcionalmente bem maior naquele tempo, o papel que hoje exerce a Suíça. Sua moeda, o florim de ouro, surgira mais ou menos na mesma época em que os Bardi iniciavam sua empresa financeira; no século XIII, que havia estabelecido as bases do futuro Renascimento, com a presença de gênios como Dante e São Tomás de Aquino, e retomado a razão aristotélica, conservada pelos pensadores árabes.

Eduardo III enfrentava a guerra contra a França, que duraria cem anos, e precisava de dinheiro. Procurou-o, onde havia, com os Bardi de Florença que, associados aos Peruzzi, lhe emprestaram 1.365.000 florins. A soma era fantástica para a ocasião. Correspondia a mais de uma tonelada de ouro fino, isso duzentos anos antes que Cortez saqueasse o ouro dos astecas e Pizarro dos incas e iniciasse a exportação líquida de capitais das novas terras que, sob os impérios sucessivos, tem sido permanente.

O conflito entre as duas potências durou 116 anos e terminou com a expulsão dos ingleses do continente. Os Bardi, não tendo recebido um tostão de volta e, sendo ainda obrigados a financiar operações militares de sua cidade, faliram. Outros banqueiros os substituíram, na própria Florença, na Holanda, na Alemanha e na Inglaterra, ao mesmo tempo que se deslocavam os centros econômicos da Europa, e continuaram a arriscar seus capitais em aventuras políticas e militares. Os Fugger (que financiaram Carlos V), os Baring, os Rothschild.

Mas, se muitos banqueiros faliram, os povos continuaram. Derrotada no século XV, a Inglaterra se tornaria a grande potência

imperialista do século XIX. A República Florentina se integrara na Itália moderna e exibe, no fabuloso patrimônio artístico que foi dos Medici, um grande momento do Homem Ocidental.

Ainda que o ouro, que lhe serviu de lastro, seja metal incorruptível, o dinheiro é convenção, instrumento de convivência social, não é de todo improvável que deixe de existir um dia, da mesma forma que passou a existir um dia. Assim sendo, ele, por si só, não faz a grandeza de uma nação. Uma nação terá dinheiro, se for poderosa, mas não será necessariamente poderosa por ter dinheiro. Como disse, com a crueza da análise, Maquiavel, "o ouro não é suficiente para encontrar bons soldados, mas bons soldados bastam para encontrar o ouro".

A guerra e o dinheiro se associam como instrumentos do poder e de aquisição do poder. Mas, ainda que se

mantenham como titãs da História, a ciência e a técnica abalaram sua natureza e seu movimento, obrigando-os a engenhosa mimese. Já não se cunham florins, com a imagem de São João em uma das faces e a flor-de-lis na outra; magnetizam-se cartões e as remessas são de cifras eletrônicas. Sem peso e sem brilho, o dinheiro não é mais o símbolo material de trabalho acumulado; transformou-se em mero empenho, de peculiar moralidade, da palavra dos banqueiros. Entidade mitológica da propriedade, que o capitalismo moderno conseguiu inserir no culto e respeito das religiões (sobretudo as cristãs), o dinheiro move a nau do Ocidente entre os escolhos que prenunciam desconhecida enseada no tempo.

Mas, enquanto sobreviver, esta civilização estará marcada pelas razões da economia, e a economia adapta sua razão aos pró-

prios desajustes. Assim tem sido até agora. As guerras também se acomodam aos tempos. Os impérios buscam aquela sábia interação que encontraram Veneza e Flórida em suas horas maiores. "Como fazer a guerra entre o vendedor e o comprador?", perguntou observador da época. Reagan e Gorbachev parecem estimulados a seguir o exemplo dos doges venezianos e senhores florentinos.

Essa realidade talvez tenha empurrado os economistas Vassili Leontief, Lawrence Klein e Kenneth Arrow, todos três Prêmios Nobel de Economia, a insistirem na idéia de um Plano Marshall para os países do Terceiro Mundo, a ser financiado por taxa a ser imposta às operações do comércio internacional. Reunidos em Castelgandolfo a outros especialistas, os três se opuseram ao otimismo de Toronto: "Enquanto houver contraste tão evidente entre os países de-

senvolvidos e os subdesenvolvidos, enquanto houver a enorme diferença que há entre ricos e pobres, enquanto houver o problema da fome, todo otimismo é sem cabimento", resumiu Leontief.

Da mesma forma que a guerra entre vendedores e compradores é sem sentido, não se pode manter produção sem mercados. A sustentação da prosperidade do Primeiro Mundo depende do sempre crescente mercado dos países periféricos, o que só se dará com o seu continuado desenvolvimento. A Europa tem o exemplo: os seis membros fundadores da CEE incorporaram mais tarde outros países, até aceitar, em tempos mais recentes, Espanha e Portugal. Não obstante a existência de poderosos centros econômicos, como o Japão e os Estados Unidos, a Europa Ocidental é hoje o primeiro mercado integrado do mundo e espaço onde o maior número de pessoas vive em con-

dições melhores. Esse desenvolvimento que, até agora, baniu a guerra entre adversários de todos os tempos no continente só foi possível porque os Estados Unidos se dispuseram a financiar a reconstrução da área, no pós-guerra.

Mais do que nunca, o dinheiro hoje não tem cor, nem é instrumento de caridade — porque não há caridade entre as nações. Se esse plano se concretizar, não temos, o Terceiro Mundo, razões para o constrangimento. Toda a ajuda que nos for dada será infinitamente menor do que a somas que lhes transferimos, desde aqueles velhos tempos em que o dinheiro tinha peso e brilho, até hoje, quando, oculto nas cláusulas das operações financeiras e no jogo bruto do comércio internacional, são recolhidos nossos tributos ao Império, agora multinacional.

(*) Jornalista e escritor.